



REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 1141 /x (4 .ª)

Expeça-se

Publique-se

4 2 12009

O Secretário da Mesa

Assunto: Urgências de Urologia no Hospital de Santo António**Destinatário: Ministério da Saúde***Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

O Ministério da Saúde decidiu encerrar recentemente o serviço de urgência nocturna de urologia que funcionava no Hospital de Santo António, concentrando apenas num único hospital (no caso no Hospital de S. João) todo o serviço de urgência de urologia a funcionar na região (a auto-designada Urgência Regional de Urologia).

Para além de outras questões, esta decisão teve já consequências negativas imediatas no funcionamento do Serviço de Urologia do Santo António, aliás bem patentes na forma como os seus médicos urologistas, e não apenas, já reagiram negativamente a esta decisão. De facto, esta aparece como desproporcionada, pretensamente sustentada em critérios técnicos, mas com contornos que, mais uma vez, parecem antes determinados por razões economicistas que por razões motivadas pela prestação de serviços de saúde compatíveis com as obrigações constitucionais do SNS.

O facto desta inusitada decisão determinar a deslocação compulsiva de médicos urologistas do Santo António para o S. João, duas a quatro vezes por semana, com a finalidade de garantir o funcionamento da "Urgência Regional de Urologia", faz com que o serviço de Urologia do Santo António fique sem capacidade de resposta suficiente para as suas próprias necessidades. Mormente nos períodos nocturnos, durante os qual fica por vezes sem atendimento de médicos urologistas.

Os episódios e lamentáveis incidentes já ocorridos em função desta "concentração forçada de serviços de urgência" começam a suceder-se a ritmo elevado e são, alguns deles, já do conhecimento público. Foi o caso de um idoso de 92 anos que teve que ser transportado do Santo António para o S. João por ter deslocado uma algália e não haver nenhum especialista no Serviço para o atender; serão agora os casos de intervenções de atendimento nocturno inadiável e urgente a doentes já internados no Serviço de Urologia, que não poderão ser assegurados por inexistência de urologistas (entretanto colocados nas urgências no Hospital de S. João).

Também como consequência directa desta controversa decisão do Governo, as listas de espera do Serviço de Urologia começam a aumentar, tendo-se já verificado a deslocação de doentes para hospitais privados por causa da incapacidade de resposta no serviço de urologia do Santo António provocada pela diminuição da disponibilidade de recursos humanos residentes (entretanto deslocados para prestar serviço de urgência nocturna no S. João). O próprio Director do Departamento de Cirurgia do Hospital de Santo



António veio já advertir publicamente para que, desta forma, não será certamente possível cumprir o plano de actividades de 2009 no que respeita às cirurgias previstas na área da urologia no Hospital de Santo António, adiantando também, que a “reorganização de serviços” determinada pelo Governo, já levou ao adiamento de onze intervenções desde o início deste ano...

Perante este quadro, importa que o Governo explique devidamente a decisão de concentrar os serviços de urgência de urologia no S. João e que, caso ela se verifique contraproducente e comprometedora da resposta dada pelos restantes serviços de urologia, se possa proceder à respectiva correcção. Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Saúde**, sejam urgentemente respondidas as seguintes perguntas:

1. Com que sustentação e critérios foi determinado o encerramento da urgência nocturna de urologia do Santo António e determinada a concentração de todas as urgências regionais de urologia no S. João? Que tipo de auscultação ou debate prévio foi feito com os serviços de urologia preexistentes e, em especial, com aquele que, no Santo António, também assegurava urgências nocturnas?
2. E como se pode aceitar que a Administração Regional de Saúde do Norte, a fazer fé em informações que considerámos fidedignas, se tenha recusado a receber os médicos urologistas do Santo António enquanto estes não aceitassem cumprir “as determinações superiores” de deslocação para o S. João?
3. Entende o Governo que a concentração de urgências na nova Urgência Regional de Urologia é uma estratégia que tem como centro a prestação de cuidados aos doentes ou tem antes como objectivo cumprir determinações economicistas? Qual é então a economia global de custos que o Ministério prevê obter com esta medida?
4. Que tipo de avaliação de impactos foi realizada pelo Governo antes de determinar a deslocação de médicos urologistas do Santo António para o S. João, duas a quatro vezes por semana? Esta deslocação compulsiva não mostra afinal à evidência a exiguidade de recursos humanos no S. João para assegurar o novo serviço concentrado de urgências?
5. Considera ou não o Governo que é necessário corrigir a decisão tomada e eventualmente adoptar soluções alternativas ou intermédias? Tem o Governo a noção de que começam a verificar-se atrasos no plano de cirurgias de urologia no Santo António? E tem o Governo conhecimento que tem havido já um significativo número de deslocamento de doentes de urologia do Santo António para hospitais privados, com todas as consequências deste facto? Que medidas urgentes está o Governo a pensar adoptar para colmatar estas consequências?

Palácio de São Bento, 4 de Fevereiro de 2009

O Deputado:

(Honório Novo)